

## ACTA N.º 9

### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 07-12-06

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, na sala de Sessões dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **Rui Pedro Dias Gonçalves**, secretariado pelos Senhores **Fernando José Guia Barbosa** e **Rui Vitor Pires Bragança**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes Membros:

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Mário João Reis Mourão Laranjeiro. -

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Carlos Alberto Pato das Neves e José Francisco Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista**, os Senhores: -----

Manuel Pereira Bilreiro e Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente da Câmara Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Maria João Gil dos Santos Grácio, Ezequiel Soares Estrada e Carlos Alexandre Zagalo Gouveia. -----

**Rui Gonçalves** fez uso da palavra: “Na ausência do Doutor Mora Leitão cabe-me a mim assumir a Presidência da Assembleia Municipal. -----

Nós estamos com menos um secretário na Mesa, pelo que, e uma vez que já falei com todas as bancadas, convido o Senhor **Rui Vitor Pires Bragança para nos secretariar como segundo secretário**. -----

Vamos agora dar posse aos novos elementos que substituem os membros em falta.”

Deu posse a **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, que substitui o Deputado João Aires Moreira Mora Leitão, do Partido Social Democrata, que pediu suspensão do mandato por um período de oito meses. -----

---

Deu posse a **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, que substituiu o Deputado João Carlos Rosa Pedro, do Partido Social Democrata, que pediu suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **José Francisco Matos Rodrigues Leote**, que substituiu o Deputado António Isidro Neves Ferreira Marques, do Partido Socialista, que pediu suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Após a leitura das actas de instalação e dos respectivos juramentos por parte dos novos membros, o Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

Continuou o **Presidente da Assembleia**: “Falta tomar posse um membros da Assembleia, mas dar-lhe-ei posse logo que ele chegue”. -----

Vamos agora passar à discussão e votação das actas números sete e oito.” -----

#### **ACTA NÚMERO SETE** -----

Atendendo a que ninguém questionou a presente acta, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SETE:** -----

A acta número sete foi **aprovada por maioria com dezassete votos** a favor, sendo sete votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e, quatro abstenções, por não se encontrarem presentes na reunião da referida acta, sendo, duas do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista e uma da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. –

#### **ACTA NÚMERO OITO** -----

Não havendo nada a opor à acta em debate, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO OITO:** -----

A acta número oito foi **aprovada por maioria com dezoito votos** a favor, sendo sete votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista e, três abstenções, por não se encontrarem presentes da reunião da referida acta, sendo, duas do Partido Social Democrata e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de seguida no período de Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Pediu a palavra **Carla Oliveira** que leu a seguinte proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

#### **PROPOSTA:** -----

*«Está convocado para o próximo dia 11 de Fevereiro um Referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, até às dez semanas, em Portugal. -----*

*Efectivamente, os sucessivos julgamentos verificados nos últimos anos vieram demonstrar a injustiça de uma lei, pela devassa da vida das mulheres envolvidas e por ferir a sua dignidade. -----*

*Por outro lado, atendendo ao carácter do actual quadro legislativo relativo a esta matéria, bem como às dimensões sociais e de saúde pública associadas ao aborto clandestino, justifica-se a promoção de um amplo e sério debate público que mobilize os eleitores para uma participação informada. -----*

*Por isso a Assembleia Municipal do Entroncamento resolve promover um debate público sobre a matéria a referendar, confiando à Mesa da Assembleia a responsabilidade de o organizar, convidando representantes das duas posições em confronto neste Referendo, bem como o moderador ou moderadores que entender adequados.» -----*

---

Continuou **Carla Oliveira**: “Oito anos depois da realização do primeiro referendo somos chamados novamente para respondermos à questão se concordamos com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada por opção da mulher, nas primeiras dez semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado. -----

Porque para nós esta é uma matéria que deve ser votada por eleitores plenamente esclarecidos, sobre o que é que está verdadeiramente em causa neste referendo, o Bloco de Esquerda considera de extrema importância a promoção deste tipo de debate. -----

A acção que propomos, não tem como objectivo aconselhar ninguém sobre que posição devem tomar, até porque sabemos todos bem que dentro de cada partido existem aqueles que são pelo sim, e aqueles que são pelo não. A palavra de ordem é portanto esclarecer as pessoas acerca das propostas dos dois movimentos. -----

Temos que mostrar às pessoas que o que lhes é pedido, não é que participem como eleitores de um partido político, mas sim como defensores de uma posição tomada com conhecimento, com consciência e com convicção. -----

A Assembleia Municipal, a nosso ver, deve portanto assumir, também ela, um papel mobilizador da população, neste caso dos nossos municípios, e permitir que estes tenham uma participação responsável neste referendo.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Não temos nada contra esta proposta. -----

Não sei se a intenção é exactamente esta, mas é só uma questão de pormenor, é que eu espero que a Mesa da Assembleia não me convide a mim, por exemplo, para isto! Porque eu não sou um especialista na matéria. -----

É que diz aqui: “... organizar, convidando representantes...” não sei se será representantes, se seria convidando forças políticas, ou convidando movimentos representantes a indicar especialistas na matéria. Convidarem-me a mim, é uma coisa horrível, porque eu não sou especialista; tenho a minha posição, ela é clara, mas para um debate esclarecedor e mobilizador, pode não ser suficiente.” -----

Pediu a palavra **Célia Agostinho**: “A bancada do Partido Socialista também concorda com este documento que nos é apresentado e também nos disponibilizamos a participar no debate sobre esta matéria. Porque também dentro do nosso partido há apoiantes do sim, e apoiantes do não e gostaríamos que, quer uma quer outra das vozes pudessem ter expressão nesse debate. -----

Portanto, concordamos com ele e, se nos convidarem, estaremos presentes.” -----

Interveio de seguida **Isilda Aguincha**: “Também da parte do Partido Social Democrata é óbvio que, sendo uma questão de consciência, sabemos que há pessoas dentro do partido e daqueles que estão connosco, que concordam e pessoas que não concordam. ----

Respeitamos essas pessoas e essas posições e aceitamos de bom-tom o esclarecimento, na medida em que sejam pessoas qualificadas a participar nesse debate. Que não sejam as nossas posições pessoais, tal como dizia o engenheiro Mário Eugénio, que não conseguem ser, se calhar, suficientemente esclarecedoras para um debate que esclareça aqueles que não estão nesta sala, a população em geral.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA** -----

A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e um votos**, sendo, nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Independentemente dos sentimentos de cada um de nós, independentemente de eu também ser crítico relativamente ao Doutor Mora Leitão,

---

eu hoje sinto alguma falta dele aqui. Portanto, se fosse possível, hoje não porque não temos oportunidade, e sobretudo porque vamos passar agora uma Quadra Natalícia que apela à família e aos amigos, nós gostaríamos que, na próxima Comissão Permanente, se fosse possível, se preparasse uma mensagem de encorajamento, uma mensagem do colectivo desta Assembleia, que lhe desejasse uma recuperação breve e um desejo de o voltar a ver rapidamente. Era isto que eu queria propor se fosse possível.” -----

Intervenção de seguida **António Ferreira**: “Tenho alguns pontos para apresentar. O primeiro ponto tem a ver com Centro Hospitalar do Médio Tejo. Embora seja uma notícia não oficial mas oficiosa, tenho conhecimento que no encontro da Liga dos Amigos do Hospital de Torres Novas, o Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, o Presidente Rodrigues, expressou uma opinião que é quase uma certitude em que, de facto, vai existir para o Centro Hospitalar do Médio Tejo, um serviço de urgência médico-cirúrgico organizado nos três núcleos. Portanto isto é praticamente uma certitude. -----

A Câmara Municipal, no seu conjunto, no seu todo, está de parabéns em relação ao documento que aprovou, assim como todos os executivos, pois foi aos executivos que foi pedida opinião, eles deram-na e portanto mostraram as suas preocupações com as populações e com interesse das populações. -----

Portanto, é uma notícia feliz em que também nós estamos de parabéns. -----

Por outro lado, saliento, ainda na área da saúde, a questão do Centro de Saúde. Em tempos foi-nos dito que as obras arrancavam no último semestre do ano e de facto, não arrancaram. Há falta de instalações, há falta de meios humanos, há falta de meios de diagnóstico e, de facto, aquelas instalações estavam dimensionadas para catorze mil pessoas e neste momento, o Instituto Nacional de Estatísticas no seu mais recente estudo sobre as estimativas da população em Portugal, dava o Entroncamento como ultrapassando já os vinte mil habitantes. Portanto, é obvio que, há necessidade urgente de avançar com as obras.

Uma outra questão que aqui apresento é uma preocupação de moradores que tem a ver com as passadeiras da rua Brito Capelo e Antero de Quental. Nós já tínhamos levantado aqui este problema anteriormente e de facto, a rua Brito Capelo já lá tem as passadeiras, mas a rua Antero de Quental continua sem passadeiras e aquelas vias estão-se a transformar em vias alternativas de trânsito no Entroncamento e há algum excesso de velocidade por parte de alguns automobilistas e há alguns perigos naquela zona. -----

Outra questão que eu queria levantar, é uma questão um bocadinho mais complicada e tem a ver com a cultura. De facto, nos últimos tempos tem havido uma melhor qualidade em termos de espectáculos. Nisso não há dúvida nenhuma. Deixou de haver aquelas quantidades de espectáculos que não enchiam e tem havido alguma preocupação com algumas Associações Recreativas. No entanto, nós pensamos que é inadmissível, injustificado e até condenável, do ponto de vista político, a prática da política da Câmara neste momento. Já referi anteriormente isto e em vários sítios, que a Coligação Democrática Unitária só admite o pagamento quando houver parcerias com Associações e, um bom exemplo disso é a parceria que muitas vezes a Câmara tem com o CADE, que é sempre uma boa iniciativa e, admite em situações destas o pagamento de bilhetes. Faz parte de uma política mais abrangente, faz parte de uma política em que pagamos cada vez mais impostos para o Estado (eles não são reduzidos) e a nível das autarquias está a ser prosseguido um princípio de utilizador/pagador que nos leva ao mesmo tempo a pagar cada vez mais pelos serviços prestados. E este serviço é um serviço muito especial, porque muita gente não tem o acesso à cultura e é uma forma de acesso à cultura universal para as pessoas. -----

A questão do PIDACC – A Coligação Democrática Unitária é chamada a pronunciar-se e é pedida informação pelo Partido Comunista Português para darmos anualmente as prioridades para o Entroncamento. É evidente que fizemos uma relação de prioridades. A maior parte delas foram chumbadas, com os votos contra do Partido

---

Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS e com os votos a favor do PCP e do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, mas regozijamo-nos com duas situações: com uma verba para a futura Esquadra da PSP no Entroncamento, a nível do projecto estão previstos setenta e cinco mil euros; e outra verba para a Biblioteca do Entroncamento, com um valor para o projecto de quarenta mil euros. -----

Portanto, não são só más notícias, também há boas notícias. -----

Agora, nestes dois pedidos que fizemos, pedimos um reforço das verbas e elas não foram concedidas, é evidente que sempre com os mesmos votos, PS, PSD, CDS, os votos a favor do PCP e do Bloco de Esquerda. -----

A última questão tem a ver com uma preocupação também de longa data, que é a degradação do património do Entroncamento. E não me estou só a referir a nível do património do material ferroviário, que é uma questão que por vezes vem aqui com alguma frequência, estou a referir-me também àquele património que consta em PDM – o Edifício Camões, o Bairro Vila Verde, as próprias instalações onde está agora a Filarmónica. Essas instalações, embora algumas delas não sejam de directa responsabilidade da Câmara, esta tem que zelar pela sua manutenção. E é um apelo que nós fazemos, que a Câmara dedique mais atenção também a estas questões, que muitas vezes não são questões de verbas muito avultadas, mas são mais questões de uma preocupação e de uma intenção de salvaguardar esse património.” -----

Pedi a palavra **Pato das Neves**: “Verifica-se que o sincronismo dos dois semáforos existentes na Avenida Doutor Eduardo Vitor das Neves é inexistente, provocando grandes perdas de tempo aos automobilistas. Neste contexto, a bancada do Partido Socialista solicita a resolução urgente deste problema menor, que é um problema menor, mas com grande impacto no bem-estar da população. Acho que, só quem lá passa todos os dias, e eu passo por lá todos os dias várias vezes, é que nota que aquilo não tem jeito nenhum. -----

No seguimento do pedido feito no passado, sobre os gastos com chamadas móveis pela Câmara Municipal do Entroncamento, solicitamos que até trinta e um de Janeiro de dois mil e sete, nos sejam fornecidos os seguintes elementos: -----

1. A quantidade de telemóveis cujo custeio esteja a cargo da Câmara Municipal do Entroncamento. -----
2. Gastos com discriminação mensal em comunicações móveis verificados em dois mil e seis. -----
3. Gastos segregados, globais (não é preciso por meses), em comunicações móveis dos membros do Executivo e respectivo assessor em dois mil e seis. ----

Foi passada a palavra a **José Leote**: “Este fim-de-semana vai decorrer aqui, no Entroncamento, uma exposição organizada pelo ornitólogo no Pavilhão Gimnodesportivo. ---

Ainda bem que a Associação está activa e organiza anualmente este acontecimento. Mas eu queria chamar a atenção para o local onde está a decorrer a exposição, porque o Pavilhão esteve fechado às instituições, que normalmente utilizam o Pavilhão, cerca de duas semanas e vai estar, provavelmente, mais uma. Portanto, isto trás muito prejuízo às instituições que vão desde as escolas básicas, a diversos clubes, que vêm o seu trabalho prejudicado por uma exposição. Eu não tenho nada contra a exposição. Só pelo tempo de preparação exagerado, cerca de duas semanas, para montar a exposição. -----

Talvez pudessem, em outras iniciativas, evitar que se demorasse tanto tempo para montar e viabilizar o acesso daquela estrutura que é essencialmente desportiva e não expositiva, porque já é o segundo ou terceiro acontecimento não desportivo que lá decorre.”

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu não vou tomar muito tempo e estava à espera que o engenheiro Patos das Neves se referisse a este assunto. O engenheiro Pato das Neves, no seu pleno direito de Deputado Municipal, costuma solicitar um conjunto de informações à Câmara Municipal. Do nosso ponto de vista, umas têm mais interesse do que outras, mas

---

enfim, são as informações que ele entende e acabou de fazer mais um pedido agora há pouco. Numa Assembleia anterior, em vinte e nove de Outubro, pediu um conjunto de informações à Câmara, nomeadamente informações referentes à deslocação a Cabo Verde, pessoalmente até entendendo que algumas delas não têm especial interesse, mas, o que é facto é que foram feitas! E foram feitas por esta Assembleia Municipal! -----

Eu gostaria que ficasse registado o nosso desagrado e a nossa reprovação pela resposta que foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à solicitação que foi feita. -----

Houve um Deputado Municipal, um membro desta Assembleia que pediu uma informação, achou que tinha interesse e, portanto, ele tem direito a essa informação. -----

É inaceitável responder, a qualquer Deputado Municipal, seja de que bancada for, que não se percebe a necessidade da confirmação do valor apresentado! Não percebe nem tem que perceber! Quem tem que perceber são os Deputados Municipais se o entenderem. –

A Câmara Municipal não tem que fazer juízos nenhuns de valor, sobre o pedido de informação ou sobre as informações que são prestadas. Quem tem que fazer juízos é a Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal. -----

Portanto, além de registar a nossa reprovação pelo teor da resposta dada, espero, faço votos, que os pedidos de informação que foram agora pedidos pelo Partido Socialista, como podiam ter sido pedidos por outra bancada qualquer, sejam respondidos cabalmente, porque interessam à Assembleia Municipal e não só, ao Deputado A, ou ao Deputado B. ----

As pessoas podem ter boas relações ou ter más relações pessoais, estamos aqui eleitos por partidos, não é por sermos amigos ou por sermos inimigos uns dos outros, não somos obrigados a dar-nos bem ou a dar-mo-nos mal com ninguém, mas aqui temos obrigações a cumprir. E as obrigações que temos, é esta Assembleia fiscalizar a actividade municipal e a Câmara dar as informações pertinentes para que essa função seja cumprida.” –

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Eu não sou representante da Coligação Democrática Unitária na Comissão Permanente, mas estive nesta reunião e vi esta resposta que a Câmara deu ao engenheiro Pato das Neves, que me desagradou. -----

E desagradou por uma razão simples, é que eu estou mais ou menos de acordo com as palavras do engenheiro Matias, só houve ali um pequeno pormenor que, enfim... O engenheiro Pato das Neves tinha feito uma série de perguntas e a Câmara respondeu a uma série de perguntas e estavam todas feitas num tom aceitável, menos aquela! Não percebi foi a crispação naquele caso! Porque nos outros casos eram respostas aceitáveis. Aquela resposta foi muito má e a mim também me desagradou francamente. -----

Eu tomei nota na altura e isso ia-me passar hoje, ainda bem que o engenheiro Matias abordou esta matéria, porque eu, na altura, também fiquei chocado. Talvez chocado seja muito forte, ou talvez não, pois a resposta é realmente muito má.” -----

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “Eu tenho aqui a resposta, mas hoje venho numa de não me aborrecer nem me chatear. Eu teria muito a dizer e vou dizer muito sobre esta visita a Cabo Verde. -----

A maneira como esta nota me foi enviada, que foi enviada ao Partido Socialista, é perfeitamente inaceitável. Portanto, eu irei mesmo pedir a facturação da deslocação e hei-de pedir, porque não acredito que o Governo de Cabo Verde convide membros do executivo da Câmara Municipal do Entroncamento verbalmente. -----

Entre órgãos institucionais isto não se pode passar assim – «é pá, vocês são uns “gajos” porreiros venham cá agora passar quatro dias connosco e tal...» Isto é impensável. Embora estejamos a falar de países africanos, não são tão africanos como tudo isso! -----

Além disso, o restante da viagem, foram há volta de sete dias, eu gostaria de saber como é que se gastaram quatrocentos e tal euros! Só se foi na pensão da “Ti Maria coxinha”, ou noutra coisa parecida. Mas eu hei-de pedir os comprovativos. Embora o Senhor

---

Presidente da Câmara não perceba porque é que eu peço, eu vou pedir. Assiste-me esse direito.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu não vinha a pensar intervir no Período de Antes da Ordem do Dia mas, de qualquer modo, quero fazer saber a esta Assembleia que, relativamente ao Doutor Mora Leitão, ele tem conhecimento dos contactos, das provas de solidariedade e de preocupação das pessoas deste Órgão. Temos tentado mantê-lo em contacto e informado com aquilo que vai acontecendo. Obviamente com algum bom senso e alguma parcimónia e fazemos intenção de continuar a fazer isso, até porque, especialmente o Presidente da Câmara, tem-se deslocado com uma certa frequência para o acompanhamento do Doutor Mora Leitão. -----

Relativamente à cultura e porque a cultura foi aqui abordada, entendendo a perspectiva da Coligação Democrática Unitária, penso que também temos de ver a questão pelo lado inverso, que é assim: nós somos chamados a pagar serviços dos mais diversos tipos, dentro do concelho, fornecidos pela autarquia ou por outras entidades. -----

Se formos a um espectáculo a Torres Novas, pagamos um bilhete de espectáculo normal e, no Entroncamento, são-nos pedidos valores simbólicos que, se calhar, não são assim tão significativos para as pessoas e que se calhar contribuem para que possa haver mais espectáculos com alguma qualidade, porque todos eles têm custos. -----

É evidente que estamos habituados e estivemos habituados durante muitos anos a haver espectáculos de porta aberta, em que muitas vezes não ia lá ninguém e há uma pequena diferença. Mas eu lembro que é apenas uma pequena diferença. Porque, e desculpem usar o valor, mas dois euros e meio não chegam para um maço de tabaco que alguns de nós compra. E estou a falar por mim, o senhor engenheiro está a rir-se, mas sabe que é verdade. -----

Quando nós nos dispomos a pagar outro tipo de coisas, ou coisas de valores muito mais significativos no concelho ao lado, não se entende porque é que não se paga um valor simbólico que contribui para melhorar aquilo que podemos dar à generalidade dos munícipes, e a todos nós, porque também somos munícipes, no Entroncamento! -----

Portanto, parece-me que era importante fazer esta referência, como era importante, na sequência daquilo que aqui foi dito, referir mais uma vez que, por vezes, a forma como as questões são colocadas nesta Assembleia, me deixam apreensiva. E apelo a que hoje consigamos manter a calma e o bom-tom, que tem estado a acontecer até este momento.” ---

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “Uma vez que mais ninguém pretende intervir, dou por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e vou passar a dar posse ao membro em falta.” -----

Após a leitura da acta de instalação e do juramento feito pelo novo membro, **Mário João Reis Mourão Laranjeiro**, que substituiu o deputado Paulo Jorge Martins Beirante, do Partido Social Democrata, o **Presidente da Assembleia Municipal** considerou-o investido nas funções. -----

Entrou-se de seguida no Período de Intervenção do Público. -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Atendendo a que no público ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

#### ORDEM DE TRABALHOS -----

#### PONTO NÚMERO UM -----

#### “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2007 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2007 – 2010” -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “É esta Assembleia chamada a pronunciar-se sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, onde a maioria do Partido Social

---

Democrata que governa a Câmara Municipal expõe a sua ideia de plano e actividades para o ano de dois mil e sete. -----

A proposta apresentada foi aprovada em sessão de Câmara somente com os votos favoráveis do Partido Social Democrata, pois que todas as oposições votaram contra a proposta de orçamento apresentada. Também a bancada do Bloco de Esquerda nesta Assembleia assinala que considera a proposta apresentada desajustada das necessidades do concelho, insensível a questões de ordem social que carecem de resolução urgente, liquidadora de promessas eleitorais adiadas ou simplesmente abandonadas. Assim queremos assinalar: -----

Da análise do documento verificamos que se propõe para dois mil e sete um conjunto de investimentos globalmente orçamentados em cerca de nove milhões e meio de euros, sendo comparticipados em cerca de dois milhões e meio, centralmente ou por fundos comunitários e financiados pelo município os restantes cerca de sete milhões. Além de questionarmos a pertinência ou a hierarquia de prioridades em que se alicerçam estes investimentos, não queremos deixar salientar que naturalmente não será com os singelos cento e cinco mil euros de saldo da gestão corrente (receitas correntes / despesas correntes) que a autarquia contará para acorrer ao encargo de sete milhões de euros. -----

Tal como em anos anteriores, pretende-se recorrer a receitas através da alienação de património, ou seja, a venda de lotes na zona industrial e na malha urbana, como suporte financeiro daqueles investimentos. -----

Que garantia, de realização deste objectivo, poderemos ter quando no presente nos encontramos num contexto de recessão e de crise económica (basta recordarmos que recentemente ficou deserta a hasta pública de dois lotes que a Câmara decidiu alienar)? Será sensata a alienação simultânea de diversos lotes, provocando um aumento desproporcionado da oferta num mercado em crise? Decerto não se pretende vender ao desbarato e desta forma desvalorizar o património da autarquia. O que ressalta é o claro irrealismo do orçamento. ----

Incapaz de gerar receitas próprias, cerceado o recurso ao critério, inviabilizada a alienação de património, como é que se vai garantir o investimento próprio e viabilizar os projectos financiados? -----

Não existem opções claras para a resolução dos graves problemas sociais no município. Onde estão as políticas sérias que comprometam o município com a sua resolução? -----

A habitação social limita-se a uns míseros cinquenta e seis mil e quinhentos euros que só servirão para, como diz o poeta “remendos e côdeas”, que se há-de fazer? A ampliação da oferta escolar, as políticas de apoio à terceira idade, a casa da juventude, foram bandeiras óptimas para os cartazes da propaganda mas, pelos vistos, vão ter de esperar pela próxima campanha para voltarem a ser, apenas, bandeiras. O caso da Casa da Juventude é mesmo singular. Inscrevem-se dez mil euros no orçamento para dois mil e sete, mas depois em sede de PPI nada, sumiu-se. -----

Porquê a total ausência de respostas quanto aos problemas quotidianos que ensombram a qualidade de vida dos munícipes? Para quando uma rede de saneamento em que as águas pluviais, afim de evitar que em cada chuvada mais forte – e este ano já vieram várias – a cidade se transforme numa lagoa que alaga as casas e os haveres dos munícipes? Em contrapartida, vêm aí os aumentos das tarifas da água e saneamento básico. -----

As prioridades para esta gestão do Partido Social Democrata na Câmara do Entroncamento são as obras no edifício Millennium – sorvedouro de dinheiros públicos que um dia havemos de quantificar – e a remodelação dos paços do concelho. -----

Para finalizar, queremos destacar que o facto da actividade mais relevante ser os encargos da dívida que ascendem neste orçamento a mais de setecentos e vinte e cinco mil euros, ou seja, um terço da dotação total das actividades mais relevantes, que totalizam dois

---

milhões e duzentos mil euros. E ainda agora a procissão vai no adro. Quando terminarem os períodos de carenciados diversos empréstimos, a situação ficará “negra”, mas nessa altura certamente estarão cá outros para resolver o imbróglio. -----

Por tudo isto, a bem dos interesses dos municípios do Entroncamento, só podemos votar contra.” -----

Pedi a palavra **Mesquita Domingues**: “Ao analisarmos o plano de investimentos previsto para o ano de dois mil e sete, verificámos que grande parte das obras referidas já se encontram executadas. Mas como não foi possível efectuar o seu pagamento, são transferidas para o próximo ano. Sabemos, contudo, que não será ainda no próximo ano que se conseguirá arrumar as contas atrasadas. -----

Ao analisarmos as receitas e despesas correntes previstas para dois mil e sete, verificamos que, infelizmente, elas estão equilibradas. Através das receitas do IMI, ou Imposto sobre Transacções de Imóveis, ou outras receitas do género, é que a Câmara deveria obter os fundos necessários à sua quota parte do financiamento das obras que se propõe realizar e não através de empréstimos bancários, como sucedeu no passado. -----

Verificamos que das obras previstas no Plano Plurianual de Investimento, no montante de aproximadamente nove vírgula cinco milhões de euros, apenas três vírgula cinco milhões estão abrangidos por participações no valor de dois vírgula cinco milhões de euros. -----

Deste modo, a Câmara deveria de dispor de sete milhões de euros para financiar os projectos que se propõe realizar. Como não dispõe deste dinheiro, nem pode obtê-lo através de novos empréstimos dado que a capacidade de endividamento se esgotou, diz-nos, mais uma vez, que pretende obter este dinheiro através da venda de terrenos. Esta solução, entendemos nós, não é viável. -----

Pensamos que seria necessário elaborar um orçamento mais realista e que se enquadrasse na actual situação financeira da Câmara. Por outro lado, entendemos que é necessário encontrar soluções que conduzam ao saneamento financeiro e não ao seu progressivo agravamento. -----

Como entendemos que estamos frente a um orçamento que não tem condições para ser concretizado, este não terá a nossa aprovação.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Fugindo ao tom das intervenções anteriores, cabe ao Partido Social Democrata lembrar que este orçamento reflecte, em muito também, aquilo que está a acontecer a nível nacional e obviamente, em primeira instância, a indisponibilidade de algumas verbas, que supostamente deveriam vir do Orçamento de Estado ou do Poder Central, e que não se perspectiva que cheguem cá. -----

Portanto, houve necessidade de encontrar, especialmente ao nível daquilo que seria desejado, algumas soluções que passam pela limitação que temos. Porque como todos se lembram, ou alguns se lembram, nós somos dos concelhos, sobretudo no distrito de Santarém, o concelho em cujos municípios, nos impostos que pagam, mais contribuem – *per capita* – para o Orçamento de Estado. Estamos a falar no distrito de Santarém. E também no distrito de Santarém vamos ser o concelho que, *per capita*, menos recebe para as despesas do município, a partir do Orçamento de Estado. -----

Obviamente que percebemos que há os custos da interioridade e percebemos que há os concelhos que foram flagelados pelos incêndios, etc., etc. Infelizmente somos realmente aqueles que mais contribuimos e os que menos recebemos. -----

Já houve algumas referências a isto em sessões anteriores e, como os senhores sabem, das verbas que nos vão chegar do Orçamento de Estado, não temos sequer recursos suficientes para cobrir os encargos com o pessoal, para os catorze meses de remunerações a que os trabalhadores da autarquia tem direito. A Câmara Municipal vai ter de encontrar

---

recursos para pagar cerca de quatro dos catorze meses de remunerações a que os nossos trabalhadores têm direito. -----

É uma das situações com que somos confrontados. Como vão ser confrontadas as Juntas de Freguesia que, embora num concelho muito populoso, também são penalizadas as nossas freguesias com as novas regras que Lisboa nos está a impor. -----

Espera-se pelo menos que não haja grandes agravamentos ao nível das despesas de saúde, porque também e volto a referir isto como já se referiu no passado, muitas vezes as pessoas não se lembram, mas do que são encargos com a ADSE dos trabalhadores do município, são pagos pelo município. Quando às vezes se fala em custos com o pessoal, as pessoas esquecem-se que, os nossos trabalhadores não são funcionários públicos com a característica que nós conhecemos de quem trabalha aí num serviço que não autárquico, uma vez que a entidade patronal tem responsabilidades acrescidas no apoio na saúde a funcionários e familiares. E, estamos a falar de trabalhadores em especial, porque é uma questão que preocupa este município, mesmo tendo havido um decréscimo por razões normais que não passaram por despedimento de funcionários de um de Janeiro até esta data.

Portanto, neste momento, nem sequer podemos falar que há mais pessoal no município. Há é um decréscimo de funcionários no município. -----

A venda de terrenos foi um dos assuntos mencionados já, é eventualmente, uma forma de encontrarmos recursos para permitir levar a bom termo este ano económico, o ano económico que se aproxima. Mas, como é sabido, até há data, os terrenos que foram alienados visaram única, estrita e exclusivamente o investimento. Isto é, a verba dos terrenos que foram alienados, foi directa para pagar encargos com investimentos, nomeadamente no que respeita à participação do município em verbas que tiveram apoio comunitário. -----

Parece-me que é essa a intenção da Câmara Municipal. O executivo perspectiva dar continuidade a esta política, se encontrar na venda dos terrenos, condições razoáveis ou boas, desejavelmente boas, para que com essa venda possa investir ou pagar investimento no âmbito do município. Não há aqui a intenção de vender terrenos para fazer festas ou comprar qualquer coisa que não seja entendido como um investimento físico que venha acrescer ao património do município. -----

Por outro lado, tem havido também e isso vai reflectir-se no exercício económico, uma preocupação deste executivo em que, embora estando a fazer algumas alienações, consiga obter também alguns novos imóveis para o património do município. Para quando chegarmos ao fim deste mandato, não haja o defraudar do património. Para que não haja essa leitura, para que continue a haver património para situações futuras, para podermos ter espaço de intervenção, de facultar condições a novos investimentos para o futuro do Entroncamento. -----

Não vou alongar-me. Sabemos que é um ano que vai ser difícil, mas acreditamos na boa gestão que possa ser feita das dificuldades com que vamos confrontar-nos.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Nesta questão dos orçamentos e na vida económica das Câmaras, uma caixa de cigarros ou um pacote de cigarros é importantíssimo para dotar algumas rubricas. Agora imaginem num orçamento familiar. -----

Mas agora vou falar em relação às outras questões mais em concreto do orçamento. Não vou utilizar a ironia, porque penso que a situação não é para ironias. É uma situação que se vive em muitas Câmaras, em transversal na maior parte das Câmaras. Vou só apontar algumas coisas que eu entendo como insuficiências no orçamento: -----

As propostas de orçamento para dois mil e sete e as grandes opções do plano, com os quais não concordamos, reflectem as opções políticas do executivo camarário. Como colectivo no todo. -----

As opções seguidas pelo executivo reflectem-se na ausência de políticas públicas em domínios de máxima importância para a qualidade de vida das populações. -----

---

Vou agora analisar em concreto algumas questões relacionadas com a receita corrente que sobrecarrega os munícipes e são três questões concretas: -----

A taxa máxima de Imposto Municipal sobre Imóveis, zero vírgula oito, que levou à subida este ano de trinta e dois por cento na receita deste imposto, relativamente a igual período do ano transacto, ou seja, ainda vai subir mais, não está reflectida ao nível das receitas correntes para o ano de dois mil e sete. -----

Com a actualização dos tarifários em resíduos sólidos urbanos, fornecimento de água e tratamento de águas residuais, vai realizar-se uma receita conjunta de cerca de um milhão e novecentos mil euros. Pelo menos é o que indicam os estudos. Ou seja, um implemento de cento e vinte e seis por cento. Esta rubrica representa duzentos e vinte e seis por cento daquilo que era recolhido até então em termos de receitas nesta área. -----

Eu recordo que no Orçamento só estão previstas oitocentos e quarenta e um mil euros. Ou seja, no Orçamento não está a perspectiva do aumento brusco em termos destas receitas, nem sequer existe uma rubrica para a nova tarifa de tratamento de águas residuais! Essa tarifa não existe. Existem outras tarifas, mas essa não está prevista. Só essa tarifa prevê receitas na ordem de meio milhão de euros suplementares. -----

Portanto, não constam também rubricas destinadas às receitas dos direitos de passagem a cobrar às empresas que actuam na distribuição do gás, electricidade, TV Cabo, telefones etc.. Eu sei qual é a resposta, mas a Câmara tem de tomar algumas atitudes em relação a isto. -----

Este Orçamento não é real, não traduz as consequências das decisões tomadas pelo executivo e não respeita as oportunidades. O executivo, no seu todo, deixa passar em branco estes lapsos decorrentes de decisões políticas. Nem a própria oposição levantou estas questões. -----

Ao nível das receitas de capital, continuamos a enganar-nos com as chamadas vendas de bens de investimento, que se traduzem nas sucessivas “bolhas” orçamentais e nas respectivas baixas taxas de execução orçamental e na falta de rigor dos planos. -----

Eu ouvi falar que isto representa sete milhões de euros. Eu também sei que o aumento das receitas na cultura, nas águas, nos resíduos sólidos e nessas rubricas todas, vão permitir não vender parte destes terrenos. Também sei. -----

No lado da despesa, nas funções sociais, caracterizamos este orçamento fraco ou ausente de preocupações social e numas, só não é mais flagrante devido a meio milhão de euros de investimento no Museu Nacional Ferroviário e o pagamento de dívidas de obras já executadas e que estão por pagar. -----

Aliás, eu tinha retirado isto, mas acho que vale a pena recolocar aqui a questão. Quando se fala nas obras da Câmara, que estamos a gastar muito dinheiro com as obras da Câmara, todas as forças políticas aceitaram essa questão. A questão não está aí. A questão está na criação de alguns “elefantes brancos”, que ainda temos dívidas em relação a esses “elefantes brancos”, ainda vamos ter dívidas para o futuro em relação a esses “elefantes brancos” e isso, todo esse dinheiro que não é aproveitado socialmente pelos munícipes, esses dinheiros vão impossibilitar obras noutras áreas. Adiam-se a requalificação do Cine-Teatro São João, a construção da Biblioteca, a Casa da Juventude e o Monumento ao Trabalhador Ferroviário, embora hajam rubricas sobredotadas, parecem ser para a entrada de pagamento de alguns projectos ou de alguns estudos. -----

Para o Centro de Convívio inter ajuda nacional da zona Sul e a envolvente ao Centro de Saúde, a construção da nova Esquadra da PSP e a construção de nova habitação social, não existem verbas. -----

Nos investimentos estratégicos faltam verbas para o desvio do excesso de caudal da ribeira de Santa Catarina para a ribeira da Ponte da Pedra, a construção do viaduto sobre a linha do Leste que não é da inteira responsabilidade da Câmara, e a circular interna entre

---

este viaduto e a Ponte da Pedra. Faltam também verbas destinadas à circular Oeste entre a rotunda do E.Leclerc e o IC3 ETAR. Aquela ponte que se estava à espera que se construísse sobre a linha ferroviária, quando se vai para o Riachos, já está construída, portanto, esse impedimento já não existe e já se podem programar as coisas. -----

Mas manifestamos especial preocupação relativamente ao saneamento dos Casais Formigos, à rua Ferreira Mesquita e outras zonas do Entroncamento que ainda não são servidas pela rede de esgotos e não têm as infra-estruturas de saneamento adequadas. -----

Manifestamos também especial preocupação pela requalificação dos espaços verdes. Já alguma coisa foi feita, mas ainda há zonas que necessitam de uma requalificação urgente. E as verbas que eu vi em termos de orçamento, muitas delas são para pagar coisas que já estão feitas. -----

Já falei da ribeira de Santa Catarina, em relação ao desvio, mas chamo também à atenção da necessidade do seu saneamento. -----

Chamo à atenção também para uma preocupação em relação à revisão do Plano Director Municipal, que há necessidade de implementar e de executar o mais depressa possível. -----

Chamo à atenção também da sub dotação das rubricas do Plano Director de Saneamento Básico, indispensável para exigir da empresa “Águas do Centro” a orientação dos investimentos. -----

Faltam ainda meios financeiros destinados ao necessário processo de revitalização dos sectores produtivos do concelho. -----

A Coligação Democrática Unitária faz um apelo ao executivo, de que a feitura do próximo Orçamento seja uma actividade participada e envolva a população, as organizações, os agentes económicos, EMEF, Soladrilho, REFER, entidades militares, as escolas, etc. -----

É indispensável pensar o futuro colectivo do Entroncamento, com criatividade e dinamismo, visando o rejuvenescimento do tecido produtivo e social do concelho. -----

É necessário pensar o Entroncamento para o século vinte e um. -----

O Presidente da Câmara, em tempos, quando assumiu a responsabilidade de gestão desta autarquia, dizia que era necessário pensar vinte vezes ou mais sobre aquilo que se ia fazer para o Entroncamento. Eu penso que essas vinte vezes não se tenham esgotado e julgo que aqui cabia uma reflexão sobre uma estratégia para o Entroncamento. Uma estratégia participada por parte da população.” -----

Pedi a palavra **Célia Agostinho**: “Também da bancada do Partido Socialista queríamos reforçar uma ideia que foi aqui deixada agora pela Coligação Democrática Unitária, que se prende com a falta de investimento que está programado no Orçamento para dois mil e sete relativo à Esquadra da PSP. Para nós, isso também é uma questão que nos merece o maior respeito, porque temos o respeito por quem lá trabalha, pelos seus agentes e também porque todos nós, enquanto assistimos à campanha eleitoral, nos lembramos de ver por aí uns cartazes em que isso era uma das bandeiras, neste caso, do Partido Social Democrata. Era só para deixar esta imagem, porque os cartazes ficam e nós ainda nos lembramos como é que eles eram. Eram engraçados, por acaso.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “O Partido Social Democrata tem presente os cartazes e tem diligenciado no sentido desse investimento em particular. Lamentavelmente, a Câmara já disponibilizou, ao que sabemos, o terreno para o efeito. Parece que não será do agrado de toda a gente e, especialmente, parece que há, na perspectiva do Governo e das pessoas que deveriam estar interessadas nesta matéria, mais interesse em realizar a Esquadra noutro concelho do que no concelho do Entroncamento. -----

Parece que há alguns dos nossos agentes, com responsabilidade, que preferem estar naquela Esquadra, na Esquadra que é no Centro do Entroncamento, que, eventualmente, poderia ter melhores condições, porque a própria Câmara Municipal e todos nós achamos

---

que deveria ter outro tipo de condições. Mas, não tem havido a vontade que seria desejável para a conjugação de esforços, para que este processo tenha pernas para andar! -----

Não basta a vontade da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal do Entroncamento! É preciso haver mais vontades.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM:** -----

O ponto número um da Ordem de Trabalhos foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e, dez votos contra, sendo, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de imediato no segundo ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO DOIS** -----

**“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA”** -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Congratulamo-nos com o facto da existência deste protocolo que julgamos ser o primeiro protocolo estabelecido entre a Câmara e uma Junta de Freguesia (pelo menos que eu me lembre). -----

Para começar, é bom. É bom haver um protocolo e o protocolo também não é mau. Enfim, este diz respeito à conservação e manutenção do parque de habitação social, propriedade do município, mas outros protocolos poderão haver no futuro para outras matérias. Para descentralizar outras matérias da responsabilidade da Câmara. -----

Nós vemos com agrado a essência do protocolo e este protocolo em si, também nos parece que está relativamente bem elaborado. Salvo (e é uma opinião que nós não queremos deixar de referir) a clausula oitava. O protocolo parece-nos muito claro, muito bem feito, mas a clausula oitava parece-nos que está um pouco ... enfim, é aquela que diz respeito à denúncia de qualquer das partes do protocolo, que nos parece que está um pouco pobre, porque diz que o protocolo pode ser denunciado por uma das partes, de forma devidamente fundamentada, e será objecto de análise por parte dos órgãos executivos e deliberativos das respectivas autarquias, ponto final. Não diz mais nada. Isto parece-nos pobre – eu denuncio, é analisado e prontos, ponto final. -----

Mas pronto, é o único comentário que temos a fazer e vamos aprovar este protocolo com o desejo de que outros protocolos existam no futuro.” -----

De seguida, pedi a palavra **Carla Roma**: “O Bloco de Esquerda não se opõe ao estabelecimento deste protocolo, tanto mais que ele até já foi aceite pelos órgãos autárquicos da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Por um lado, ao não fixar as verbas a transferir, nem ao menos com valores ajustáveis mas indicativos, o protocolo parece-nos algo insuficiente. No entanto para nós tem um aspecto positivo que é o de aumentar a possibilidade de intervenção numa freguesia mais próxima dos problemas e, por isso, em princípio, mais sensível à necessidade da sua resolução. -----

Julgamos que a intervenção de fundo, aquela que é para nós mais importante, é a que deverá ser feita no quadro da proposta recentemente aprovada na Câmara, de uma parceria com o Instituto Nacional de Habitação, para a reabilitação de uma zona de habitação social no concelho. -----

Esperamos, desejamos, que a recusa do Partido Social Democrata em aprovar qualquer calendário para o desenvolvimento desse processo de fundo com o I.N.H., não signifique que nos ficaremos pelos habituais remendos, única intervenção possível no âmbito deste protocolo. -----

---

Apesar de tudo isto, votaremos favoravelmente.” -----

Pediu a palavra **Célia Agostinho**: “Neste caso, a bancada do Partido Socialista ouviu as opiniões quer do Bloco de Esquerda, quer da Coligação Democrática Unitária e, pela minha parte, vou discordar de algumas palavras do engenheiro Mário Eugénio, quando diz que o protocolo está bem feito. A única coisa que ele não está é bem feito. Principalmente do ponto de vista jurídico tem graves imprecisões que eu passo a citar: -----

O artigo sessenta e seis, neste caso da Lei cinco-A de dois mil e dois, estabelece que a competência, neste caso as competências delegáveis na Freguesia pela Câmara, diz no seu número um que a Câmara sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia. O que nós vemos aqui no texto do protocolo é que, não é isso que se está a passar! É que o município delega competências, não na Junta de Freguesia, mas está a delegar competências nas Freguesias! Portanto, há um erro que está aqui a ser feito! Está-se a confundir o que é que são competências, neste caso da Câmara Municipal, e o que é que são competências das Freguesias. Começa logo por aí. -----

A identificação que é também feita relativamente à clausula primeira, onde aparece neste caso o nome do senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da Câmara do Município do Entroncamento. Municipal, do Município do Entroncamento e o nome do senhor Presidente da Junta, muito bem, Manuel Pereira Bilreiro, na qualidade Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. É assim, está tudo muito bem, só que deveria estar exactamente ao contrário! A Câmara Municipal do Entroncamento, representada pelo senhor Presidente, fulano assim, assim, delega na Junta de Freguesia do Entroncamento, fulano assim assado! Porque é assim que as coisas têm que ser feitas. O protocolo é entre instituições dentro do município e não entre, neste caso, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia. -----

Nós concordamos realmente que haja delegação das competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, mas não podemos é concordar que um documento destes, que é um documento interno para vigorar apenas dentro do município do Entroncamento, tenha imprecisões! -----

Por outro lado, e se elas forem ultrapassadas, nós concordamos com o protocolo. Concordamos com a finalidade que é aqui indicada, que é da recuperação e da atribuição de competências à Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima para a Habitação Social. Não concordamos é que, neste caso as coisas sejam mal feitas e, de alguma maneira, também se esteja a atribuir, principalmente na clausula sétima, onde diz que o Presidente da Junta tem que apresentar todos os meses ao Presidente da Câmara Municipal, um relatório! A Junta de Freguesia pode apresentar, mas é relatórios à Câmara! Não estamos aqui a falar de uma pessoa ter que apresentar relatório pessoal a outra! Isto é um protocolo para vigorar entre instituições de um município, não entre pessoas. -----

Se estas incorrecções que aqui estão, que nós indicámos e que podem ser verificadas por qualquer outro jurista, forem ultrapassadas, nós damos o nosso aval a este acordo, porque concordamos com ele e concordamos com os princípios básicos que ele apresenta. Enquanto tiver incorrecções que do nosso ponto de vista são graves, vamos ter que nos abster, porque não deixaremos passar este documento assim.” -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu penso que é mesmo uma questão de forma. Peço desculpa, mas estava a tentar ver na Lei qual era a ordem porque deviam aparecer as coisas e de facto, também não encontro. É mesmo uma questão mais do formato jurídico, mas que me parece que em nada a forma desvirtua o objectivo do protocolo que nos é aqui hoje presente.” -----

Pediu a palavra **Célia Agostinho**: “Pode tornar nulo o documento. Só isso.” -----

Continuou **Isilda Aguincha**: “Aquilo que me parece é que neste documento surgem as pessoas que estão investidas em determinadas funções e apenas porque estão

---

investidas nessas funções, a representar os órgãos, e é nessa qualidade que essas pessoas surgem inscritas na proposta que aqui nos vem. E nessa medida não me parece que seja de colocar alguma objecção a este protocolo. Acima de tudo, porque este protocolo vai ao encontro de necessidades sentidas quer pela parte do Executivo Municipal, quer pela parte da Junta, quer se calhar, em muito especial, por parte dos munícipes que habitam numa zona que carece efectivamente de intervenção. -----

Portanto, a minha sugestão é de que esta Assembleia possa ratificar este protocolo e que seja pedido aos serviços, caso haja alguma questão jurídica que obrigue à correcção, que esse documento volte a esta Assembleia.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Quando eu disse que este documento estava bem elaborado, estava a vê-lo do ponto de vista político, não do ponto de vista jurídico. Eu não sou jurista e portanto, o meu chapéu à doutora. -----

De qualquer forma, julgo que ela não tem razão numa questão que levantou, que é a questão das freguesias. Porque é assim, e eu não sei se ela viu isto de outro ponto, mas neste ponto que está aqui em cima, que é nos considerandos – é considerando que o artigo décimo quinto da Lei... e o seu desenvolvimento pela Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, na sua auto relação, possibilita a delegação de competências dos municípios nas freguesias. Está correcto! -----

De qualquer forma, eu aceito que do ponto de vista jurídico isto possa não estar bem elaborado. Quando eu aqui falei, quando a Coligação Democrática Unitária se pronunciou, foi do ponto de vista político! Nada mais do que isso. -----

Mas aceito a proposta que foi feita. Se se entender que juridicamente o documento deve ser melhorado e pode e deve cá voltar, não vemos nenhum inconveniente, antes pelo contrário, será um documento mais perfeito e portanto melhor.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Bem elaborado ou não juridicamente, este é o documento que nos é posto à votação e é o documento que nos foi entregue. Se as recomendações que aqui foram feitas, nomeadamente pela bancada do Partido Socialista, forem aceites pela Câmara Municipal, em ocasião posterior, nos será enviado outro documento. Agora este é o documento que nós temos em mãos e é o documento que temos de pôr à votação.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Eu acho que ele pode ser votado, mas também podia ser retirado! Nada nos impedia que o retirássemos. Mas de qualquer forma eu não estou aqui a levantar essa questão. Para mim, estou perfeitamente há vontade para o votar, porque a questão essencial para mim, é a questão política e não jurídica. Com todo o respeito que eu tenho pelos juristas e por gostar de ver um documento bem elaborado do ponto de vista jurídico. Não ponho em causa isso. Prefiro ver um documento bem elaborado do que este que não está bem elaborado. Mas, do ponto de vista político, nada me repugna a vota-lo agora.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois da Ordem dos Trabalhos à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS:** -----

O ponto número dois da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com dezassete votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e, cinco abstenções do Partido Socialista. -----

**Célia Agostinho** solicita fazer a seguinte declaração de voto: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

*«A abstenção que o Partido Socialista apresenta é apenas no sentido de que não concorda com a forma que o protocolo tem, com as imprecisões que nós detectámos e que*

---

*gostaríamos que a Câmara confirmasse. Relativamente a todos os princípios que tem subjacentes, concordamos com eles.»* -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**“POLÍTICA TARIFÁRIA PRATICADA PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (RSU)”** -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias** que apresentou a seguinte recomendação: -----

**RECOMENDAÇÃO:** -----

*«A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal do Entroncamento que reveja em baixa, para valores que se limitem a acompanhar a inflação desde a anterior actualização de preços, o tarifário que recentemente aumentou para os municípios o custo do fornecimento de água, do saneamento e da recolha de resíduos sólidos»* -----

Prossiguiu **Carlos Matias**: “Eu dispenso-me a ler a recomendação, ela é sintética, foi distribuída por toda a Assembleia e pela Comunicação Social e penso que não será necessário voltar a lê-la, portanto, passo directamente a debruçar-me sobre o assunto referido na Ordem de Trabalhos. -----

Como é do conhecimento geral, a Câmara Municipal aprovou recentemente um novo tarifário desagregado, para o fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos. -----

Trata-se de matéria que, pela sua natureza, não precisa ser aqui formalmente ratificada. Mas a enormidade dos aumentos de tarifas, com evidentes e enormes repercussões na vida e no orçamento das famílias do nosso município, não poderia, nem deveria passar sem uma avaliação política desta Assembleia. Daí, o Bloco de Esquerda ter feito o que devia (no nosso entender): Além de alertarmos publicamente os municípios para o que se está a passar, tomámos a iniciativa de incluir este ponto na Ordem de Trabalhos desta Sessão. -----

Porque verificam-se, de facto, não um, mas dois factos graves, duas alterações profundas que não devem ser passadas em claro. -----

A primeira alteração, a mais óbvia e, de imediato, a mais dolorosa, é a dos pesadíssimos aumentos dos preços das tarifas. -----

A factura da água aumentará cerca de trinta e cinco por cento. A factura global, para os três serviços envolvidos (água, saneamento e recolha de lixo) aumentará entre cinquenta a sessenta por cento e nalguns casos mais. -----

Ora, para famílias de poucos recursos, para trabalhadores desempregados ou precários – mas até para famílias com a vida mais estabilizada, mas ainda assim fustigadas por todo o tipo de aumentos – estes são, de facto, aumentos brutais. -----

E não vale a pena vir aqui dizer que, apesar de tudo, os montantes em causa são baixos, em valor absoluto: é que esta despesa, com a água, o saneamento e a recolha do lixo, vai somar-se a muitas outras, também imprescindíveis, como as dos encargos com as casas, a electricidade, as comunicações, as despesas com a saúde, os transportes, o vestuário, as propinas e os livros (para quem tem filhos), etc., etc. -----

Acresce que, em virtude de não terem sido fixados escalões para os serviços de saneamento e recolha de lixo, como já existem para a água, acabam até por ser os consumidores mais pequenos a terem aumentos percentualmente maiores. Isto é, a aumentos já de si injustos soma-se a injustiça de ainda serem precisamente os consumidores mais pequenos os mais castigados. -----

Mas há aqui uma outra mudança de fundo que não queremos deixar passar em claro e que penso que esta Assembleia deve tomar consciência dela. -----

---

É que, ao partir da informação que o POCAL já disponibiliza e das exigências da futura Lei das Finanças Locais (em fase final de aprovação), o Partido Social Democrata tirou, não uma, mas duas conclusões: -----

A primeira conclusão, correcta quanto a nós, é que deveriam ser separadas as taxas consoante o serviço que é prestado, facturado e cobrado. -----

A segunda conclusão é a de que essa Lei, futura, impede políticas sociais na fixação das tarifas dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos. -----

Antes de mais, deve sublinhar-se que ainda não está em vigor a nova (e má) Lei das Finanças Locais, só aprovada na generalidade e no Parlamento pelo Partido Socialista, mas aqui e agora pressurosamente invocada pelo Partido Social Democrata do Entroncamento, para justificar os aumentos das tarifas. Ora, por enquanto ainda vigora a “velha Lei das Finanças Locais” de noventa e oito, que permite uma razoável margem na fixação dos preços das tarifas, como, aliás, tem sido feito. Portanto, por aí, pela Lei ainda em vigor, estes aumentos não seriam obrigatórios. Antes foram uma decisão exclusivamente política do Partido Social Democrata do Entroncamento, para aumentar as receitas correntes do município. -----

Por outro lado, ainda está por provar que o articulado da nova Lei possa impedir alguma flexibilidade na fixação dos preços, embora ela tenha sido concebida pelo Partido Socialista para condicionar fortemente a autonomia do Poder Local e para assegurar a sustentabilidade das negociatas com a água e com o saneamento público. -----

Seja como for, uma coisa nos parece evidente: estes aumentos desmesurados das tarifas são injustos e a Câmara podia não os ter aprovado. O Partido Social Democrata quis aumentar as receitas, mas não teve a sensibilidade social para perceber a situação que se vive. Ao invocar a nova Lei das Finanças Locais, não se importou nada em ser “mais papista que o Papa” e antecipar, à sua maneira, a aplicação de uma Lei ainda não aprovada. -----

Há ainda dois outros aspectos a mencionar. -----

O estudo económico apresentado para a fundamentação dos aumentos dos preços da água faz referência aos elevados volumes de água dita “não controlada”, ou seja, a não contada por não instalação de contadores, ou que, pura e simplesmente é perdida, devido à obsolescência da rede de distribuição. São percentagens elevadíssimas de perdas, percentagens que há muito se mantêm, sem a intervenção atempada que os responsáveis deste concelho já deveriam ter promovido há muitos anos. É justo que os munícipes vão agora pagar por esse grave erro de omissão? Não nos parece. -----

Por outro lado, outro dos fundamentos para o aumento das taxas é a adesão do município à empresa “Águas do Centro”. Dissemo-lo aqui mesmo, há não muito tempo, quando (oportunamente) o assunto aqui foi tratado, que essa adesão era uma opção errada, que implicaria um elevado preço para os munícipes. As consequências aqui estão, mais cedo até do que prevíamos. -----

Devem os munícipes também pagar por mais esse erro de gestão? Não cremos. ----

Pensamos que a Assembleia Municipal deve recomendar à Câmara a correcção da decisão errada que tomou – e é isso que aqui propomos em síntese. -----

A recomendação que aqui apresentamos, vai no sentido de que a Câmara dê o passo que se impõe e reveja a recente deliberação sobre os aumentos de tarifas. -----

Parecem-nos razoáveis aumentos que progressivamente compensem a inflação – o que até já nem seria pouco, depois de, por razões de calendário eleitoral que todos percebemos mas que nós não aceitamos, não terem ocorrido actualizações das tarifas durante vários anos. -----

Agora que estamos à beira da época natalícia, em que tanto se prega a solidariedade e a paz na terra aos homens de boa vontade, o Partido Social Democrata tem aqui uma boa ocasião para declarar o “mea culpa”, manifestar o seu arrependimento e...

---

baixar os preços das tarifas. Seria um gesto politicamente apropriado, de grande humildade democrática. -----

Pela nossa parte, se o fizer, contará com o nosso apoio. -----

Peço a esta Assembleia que não recuse à Câmara e em especial à maioria PSD que decidiu aumentar as tarifas, essa oportunidade de acertar o passo com uma política de justiça social e que, portanto, aprove a recomendação que apresentámos.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “O apelo que o Bloco de Esquerda faz a esta Assembleia, por um lado, em relação ao orçamento que já aprovámos, de facto, estes aumentos não vêm lá! Portanto, poderia haver aqui alguma boa vontade por parte da Câmara para rever os tarifários. -----

Isto é por um lado, porque por outro lado, é sabido e que nós, Coligação Democrática Unitária, alertámos na altura para isso, que entrar nas Águas do Centro equivaleria a subida imediata das águas e o aumento dos preços faseados. -----

Eu dou um exemplo aqui, nas águas residuais aumentamos desta vez de dezasseis cêntimos para trinta e nove cêntimos o metro cúbico – o estudo das Águas do Centro apontam para cinquenta e três cêntimos. -----

No estudo também é dito a esta orientação, a este propósito que advém da Lei mais geral, que estes serviços devem ser suportados pelo utilizador. Ou seja, o princípio do utilizador/pagador, com que a Coligação Democrática Unitária não concorda, com que o PCP não concorda, com que as forças mais à esquerda se têm batido. E não implementar porquê? Muito simples: Nós pagamos os nossos impostos. Pagávamos no passado impostos, pagamos agora impostos e ainda pagamos mais do que pagávamos no passado e agora, a nível local ainda nos vão aplicar mais taxas! Mais tarifas! Eles são as águas, o agravamento no abastecimento de água, o saneamento de águas residuais, a gestão dos resíduos sólidos, as taxas moderadoras, a cultura e outros! Portanto, neste momento, as coisas surgem em catadupas! As autarquias têm um papel importante na defesa dos munícipes! -----

É verdade que o Governo tenta, cada vez mais, empurrar para as autarquias, através da legislação, através dos cortes de transferências, mas as Câmaras também têm um papel, que é dizer não! Dizer não às Águas do Centro; dizer não às Águas de Portugal; dizer não a tudo isto que se está a preparar neste momento. -----

Neste momento são as águas em alta que estão aqui a ser debatidas, são as águas em alta que nos preocupam, são estes factores. No futuro, são as águas em baixa! O Governo já prepara legislação neste momento e a nível do novo Quadro Comunitário de Apoio, o Governo está a orientar as coisas no sentido de obrigar as autarquias a privatizarem as águas também em baixa! As autarquias vão ficar com as mãos atadas em relação a esta situação? As autarquias são para defender os munícipes. As autarquias têm um papel na defesa dos munícipes. -----

É evidente que este assunto já nós o debatemos no Orçamento e é um assunto que, de facto, foi estabelecido ter um ponto especial, mas isto tem a ver directamente com o Orçamento! Em termos orçamentais, aquilo que está orçamentado, são oitocentos e quarenta e um mil euros; aquilo que de facto os estudos, que estão baseados para o aumento destes serviços nos indicam, é que a Câmara vai passar a cobrar um milhão e novecentos mil euros! Ou seja, vai haver um aumento para as famílias, para os munícipes, de cento e vinte e seis por cento! -----

Por outro lado, é evidente que temos uma política e ainda vamos continuar a ter uma política autónoma em termos de abastecimento de água, que é: quem consome menos paga menos, quem consome mais paga mais. Temos esse princípio. Mas de futuro, as coisas não se orientam por aí! Geridas de um ponto de vista de uma empresa, as coisas são diferentes. Quem tem maior poder de compra é quem paga menos, quem tem menor poder de compra não tem dinheiro para pagar os serviços! É assim que as coisas funcionam de

---

futuro. Pode haver um papel regulador por parte das autarquias, mas também é sabido e nós discutimos isso nos nossos documentos, que esse papel das autarquias não foi bem definido em termos dos protocolos e dos acordos que foram feitos com as Águas do Centro. -----

Em alguns aumentos foi aplicada a hipótese um. Ou seja, em alguns dos aumentos não incluem os custos com pessoal, com investimentos e com outros gastos, só o produto comprado. A RESITEJO presta-nos um serviço e nós pagamos esse serviço e só foi isso reflectido em termos do tarifário. Mas havia uma hipótese dois, que é, todos os custos são suportados pelos munícipes. Ou seja, pelos tarifários. E isso vai ser implementado mais dia, menos dia! É o que está estabelecido em termos de acordos com as Águas do Centro. Esta é uma das orientações que lá estão e portanto, isto é um primeiro passo e vêm aí mais. Agora vamos ter que aguentar isto durante trinta anos! Trinta longos anos! Com a agravante que, se entrarem outros entretanto, se entrarem outros munícipes, começam a contar os anos a partir da entrada dos últimos munícipes a entrar para esta Associação. Foi o que aconteceu agora com a nossa entrada, os trinta anos para os outros começou a contar quando nós entrámos.” -

Pedi a palavra **Célia Agostinho**: “Relativamente à recomendação que nos foi aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda, nós também concordamos com ela e, da parte da bancada do Partido Socialista também fazemos votos que a Câmara reveja a posição que entretanto a sua maioria tomou sobre este assunto.”-----

De seguida, pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu entendo e respeito a recomendação da bancada do Bloco de Esquerda e, depois de ouvir atentamente as várias intervenções, devo lembrar-vos que as tarifas da água são realmente competência da Câmara Municipal. Nós estamos aqui a discutir uma matéria, digamos que, com o nosso poder de fiscalização e de intervenção, mas apenas e só no sentido de recomendação. -----

Acontece porém, e já foi referido aqui, que desde mil novecentos e noventa e nove não há actualização de tarifas de água e não havia pagamento de saneamento. Isto é, só se estavam a pagar os custos com os resíduos sólidos. Nas facturas aparece saneamento, mas de facto, a população, nós, não estávamos a pagar saneamento. -----

Se calhar não foi por uma questão de calendário eleitoral, mas porque havia a perspectiva de que, quando fossem feitas as correcções, havia necessidade de perspectivar investimentos na melhoria das condições que iriam ser oferecidas às pessoas. E de facto, neste momento perspectiva-se esse tipo de intervenção. Não estamos realmente a fazer aumentos, no sentido dos aumentos como são ditos, apenas a actualizar os valores que em princípio devem ser cobrados, o que não tem sido feito. Há que fazer com que os custos do consumo sejam realmente imputados a quem consome e, portanto, a Câmara teve de dar passos nesse sentido. -----

Foi aqui já referida por mais que uma vez a empresa Águas do Centro, mas não podemos esquecer-nos que, a empresa Águas do Centro é uma empresa de capitais públicos e supostamente uma empresa que deve estar também ao serviço da população e ter em atenção alguns condicionamentos. Portanto, vamos acreditar que estão de boa fé neste processo para com os municípios. -----

Por outro lado, é uma empresa que nos deve merecer a respeitabilidade de ter sido criada no âmbito das competências que teve na altura o actual Primeiro Ministro e portanto é uma iniciativa do tempo do então Ministro do Ambiente. -----

Actualmente, a água que nós consumimos não vem das Águas do Centro, vem da EPAL, cerca de oitenta por cento dessa água e obviamente nós também temos de a pagar à EPAL. O que vai acontecer é que deixamos de pagar à EPAL e passamos a pagar através das Águas do Centro, que, é uma entidade que para além de nos vender água, nos fornece serviços. Serviços que são imprescindíveis para o futuro, para o bem-estar da população do Entroncamento. Nomeadamente no que toca ao saneamento e aos resíduos sólidos. -----

---

Como até agora não estávamos a pagar tudo, vamos pagar mais alguma coisa. Continuamos a não pagar tudo, porque de facto, o trabalho dos funcionários da Câmara Municipal não foi imputado aos custos com que nós vamos ver-nos. Portanto, não vamos pagar a parte correspondente aos trabalhadores do município. E, vamos pagar às Águas do Centro, porque foi a entidade com quem fizemos o protocolo, mas poderia ser a uma qualquer outra empresa! O que acontece aqui, é quem fornece o serviço e portanto, a bancada do Partido Social Democrata gostava que não continuássemos a falar das Águas do Centro como o “papão” que no fundo, vai fazer algumas obras, nomeadamente para o tratamento do saneamento de que, de há muito tempo, a população do Entroncamento sente falta. -----

Falou-se em estudos e a recomendação do Bloco de Esquerda aponta para um novo estudo, visando a actualização do preço em baixa. Dos estudos que eu conheço, e posso estar equivocada, mas dos estudos que conhecemos, estes foram os valores mais baixos possíveis de obter. -----

Os munícipes que têm prova de carência social, nomeadamente os idosos com mais de sessenta e cinco anos, têm uma faixa ou um primeiro escalão em que estão absolutamente isentos do pagamento de água. Nomeadamente, os munícipes com mais de sessenta e cinco anos e o consumo até cinco metros cúbicos (portanto os primeiros cinco metros cúbicos), são ou podem ser inteiramente gratuitos, se se dirigirem aos serviços e fizerem prova dessa carência, como está estabelecido no cartão do idoso. Penso que é assim que está estabelecido. -----

Há ainda uma referência que gostava de deixar sobre este assunto, que é importante e que vai afectar de forma positiva os munícipes, que está a ser feito um esforço pelos serviços do município, para ser possível que a facturação seja mensal. E portanto, para que as pessoas paguem os custos com a água mensalmente, até para um maior controlo desses pagamentos.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A questão relacionada com o “papão” da empresa Águas do Centro, é evidente que é esse o “papão” que está logo perante nós e, a partir de agora, quando as coisas estiverem mal a nível do município no abastecimento das águas ou no tratamento das águas residuais «...ah, isso não tem a ver com a Câmara, isso tem a ver lá com as Águas do Centro...» Portanto, o “papão” há-de ser cada vez maior e os problemas hão-de surgir cada vez mais. -----

Quanto à questão de “empresa pública”, aquilo que eu tenho a dizer é o seguinte: A empresa não é totalmente pública, o grupo onde as Águas do Centro estão englobados já tem uma parte do capital, que não chega aos vinte e cinco por cento mas anda à volta disso, que está nas mãos de um banco. Eu posso fornecer, a quem estiver interessado, o estudo em relação a isso. E há outras empresas dentro do grupo Águas de Portugal, onde estão as Águas do Centro, que têm ainda maior participação por parte de capitais privados! Portanto, as coisas já funcionam muito assim e há intenção também, mais cedo ou mais tarde (pelo menos isso tem sido uma intenção por parte do Partido Social Democrata e penso que também deve ser do Partido Socialista, porque as políticas não são assim muito diferentes) da privatização da parte dos capitais das Águas de Portugal. -----

Agora é assim, há de facto uma posição monopolista nos contratos. Há uma total dependência das fontes de abastecimento e da política dessa empresa. Há uma uniformização das tarifas anulando especificidades locais e de poder dominante e aqui, o Entroncamento, tem especificidades locais, tem um mercado concentrado, tem um conjunto de população em pouco mais de treze quilómetros quadrados. O contrato faz a proibição do sistema alternativo ou de qualquer concorrência; Os custos passarão a ser exclusivamente suportados pelo tarifário. -----

---

Os contratos de trinta anos são uma enorme barreira à saída no final deste período. As Câmaras não vão ter meios para depois sair desta armadilha. -----

As medidas extremas que são apontadas, caso não haja pagamentos atempados podem ir até ao corte do fornecimento do serviço. -----

E não nos podemos esquecer de outra coisa, é que tudo isto é feito com capitais nossos! Com o esforço das autarquias! -----

Foram englobados nos investimentos quatro milhões de euros, seis captações elevatórias, quinze reservatórios, vinte quilómetros de condutas adutoras, dezoito estações de tratamento de esgotos, vinte estações elevatórias de esgotos, nove virgula três quilómetros de interceptores. Portanto, isto é uma clara diminuição do peso das Câmaras a nível da prestação destes serviços. E o custo do serviço, até agora, não englobava o lucro a distribuir pelos accionistas! A partir de agora vai começar a englobar! É mais um custo para a população! E às vezes não é tão pouco como isso.-----

Nós temos ideia de quanto é que as empresas que trabalham em termos de monopólio em Portugal, na distribuição do gás, na distribuição de electricidade e não só, nós temos a noção dos lucros que eles têm anualmente! E que são pagos pela população!” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu penso que a Doutora Isilda entendeu bem o sentido da inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. De facto o que se trata aqui é de fazer uma apreciação política. Está dentro das nossas competências fazer uma apreciação sobre a actividade municipal e, concretamente, um ponto que tem evidentes repercussões na vida das pessoas do nosso concelho. -----

Os estudos que foram apresentados na Câmara e que eu suponho que foram distribuídos a todas as bancadas, inclusivamente a Coligação Democrática Unitária, e essa questão foi abordada na reunião da Comissão Permanente, os estudos, do ponto de vista económico, parecem-me bem feitos, claros e completos. Nada a dizer sobre esse assunto. A questão é de decisão política! Porque quem evidentemente toma decisões, não é o Director do Departamento Administrativo Geral e Finanças! Quem toma decisões é a Câmara Municipal. São o senhor Presidente e os seus Vereadores. -----

Portanto, é da decisão política que se está aqui a tratar. -----

O apelo que fazemos é que, tendo em conta os estudos e a realidade, haja uma decisão política em sentido diferente daquela que foi tomado. -----

Evidentemente que, como diz a Doutora Isilda, nós continuamos a não pagar tudo, mas nós continuamos a pagar tudo! Porque o dinheiro que a Câmara gasta vem dos impostos dos cidadãos! Não há dúvida nenhuma sobre esse assunto. -----

Sobre a questão das Águas do Centro, e a questão do “papão” ou não “papão” (neste caso concreto estamos a falar de águas e mais propriamente diríamos “bebão” se me é possível o neologismos) a questão é outra! A questão é da lógica que preside a isso! Há uma lógica empresarial! Logicamente, as pessoas das Águas do Centro, neste momento ainda pública, como já foram públicas a EDP e já não é; já foi pública a PT e já não é; já foi pública a PORTUCEL e já não é; é pública a Águas do Centro e toda a gente sabe que um dia destes vai deixar de ser! É óbvio! Todas as pessoas, minimamente atentas à vida política, sabem que a tendência é de privatizar também o sector das águas. Nós não somos ingénuos, não podemos ignorar aquilo que está à nossa volta. -----

Portanto, as Águas do Centro, obviamente metem-se no negócio, os seus accionistas, para ganhar dinheiro! Numa lógica empresarial! Que tem toda a legitimidade para ter. Agora, este não é um negócio qualquer, e as empresas podem existir para desenvolver as suas actividades, mas este não é um negócio qualquer, o fornecimento de água é vital, é estratégico e, portanto, do nosso ponto de vista, ao fornecimento de águas não se deve aplicar a lógica empresarial. Não pode funcionar aqui. -----

---

Sobre a questão da facturação mensal – a facturação mensal que a Câmara aprovou (já foi aprovado que a facturação deixe de ser de dois em dois meses para passar a ser mensal), a fundamentação que foi presente à Câmara era bem clara e compreensível! É que a nova Lei das Finanças Locais, que está em fase final de aprovação, obriga a que os municípios paguem aos concessionários dos serviços de água e de saneamento mensalmente. E portanto, se a Câmara cobrasse aos consumidores finais de dois em dois meses, havia um mês em que tinha de adiantar dinheiro! Como é lógico. Porque por Lei, vai ter de pagar o serviço de água e saneamento de trinta em trinta dias. Curiosamente, não sei porquê, foi excluído dessa obrigatoriedade a recolha de resíduos sólidos. Provavelmente, em sede de discussão na especialidade, o Partido Socialista corrigirá esse lapso na Assembleia da República. -----

Portanto é essa a razão porque a cobrança vai ser feita todos os meses, aliás ela era explícita nos considerandos que foram apresentados à Câmara. Para percebermos do que é que estamos a falar, quando falamos do negócio das águas, deve ser um caso único em que por Lei, não existe liberdade contratual de, por exemplo, a Câmara Municipal negociar com o fornecedor de água em alta o fornecimento a sessenta dias, a cento e vinte dias, ou a cento e oitenta dias! Vai haver uma Lei que vai obrigar as Câmaras a pagar todos os meses! -----

Portanto isto foge a toda a lógica negocial em que os parceiros podem inclusivamente discutir. É evidente que isto também tem algumas vantagens para os consumidores, que é de poderem controlar mais facilmente os seus consumos todos os meses e, aliás, foi por essa razão que nós também votámos na Câmara favoravelmente. Mas não é por qualquer boa vontade que subitamente assaltou a autarquia. Foi essa a razão de fundo. -----

O que se propõe é que a Câmara reveja a decisão que tomou.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, foi colocado à votação o assunto em debate. -----

#### **VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO:** -----

A recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **rejeitada por maioria** com **onze votos contra**, sendo dez votos do Partido Social Democrata e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima; dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária; e uma abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

#### **“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR – ZONA DO CENTRO DE SAÚDE (ENTRE AS RUAS ALMIRANTE REIS, DR. MIGUEL BOMBARDA, D. CARLOS, GALHARDA E C.P.)** -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “É-nos hoje presente para votação, um chamado Plano de Pormenor para a zona do Centro de Saúde. Antes de mais, creio que todos teremos consciência da dimensão desta zona e da sua localização central. Basta vermos a carta que nos foi distribuída. -----

Tais características fazem desta zona uma peça essencial para o nosso ordenamento urbanístico. Isso justificaria que neste caso, fossem ainda mais acautelados os interesses estratégicos da cidade. -----

Concretamente, há muito defendemos que para aqui, além da construção de residências, devia ter sido reservado espaço para equipamentos públicos, a Casa da Juventude e a Biblioteca, como sugerimos, ou outros de elevada utilização colectiva, no fundo, um centro cívico – assim lhe chamámos – que reforçasse a centralidade desta zona da cidade e de outras adjacentes, como esta em que nós estamos neste momento. -----

---

Ora o que aqui nos é proposto, é uma ocupação densa desta área, com trezentos e trinta fogos e dezenas de estabelecimentos comerciais. Não é nada disto que a cidade precisa naquela zona e bastaria tal facto para votarmos contra este chamado Plano de Pormenor. E dizemos chamado Plano de Pormenor porque, no essencial, o que nos aparece hoje aqui é a versão piorada de um loteamento privado que o proprietário do terreno da fábrica dos vinagres antes se propusera executar, mas que havia sido reprovado por exceder os limites de ocupação autorizados pelo PDM, mas que reaparece agora aqui travestido de Plano de Pormenor. -----

Recordemos que o PDM autoriza para a zona a construção de cento e sessenta fogos. Um famigerado protocolo firmado em dois mil e dois entre a Câmara e o proprietário privado envolvido, passou a prever para ali duzentos e trinta e seis fogos. Mais setenta e seis do que o PDM e ainda trinta e um estabelecimentos comerciais. Além disso, segundo esse protocolo, a Câmara Municipal abdicou a favor do proprietário privado de nove mil quatrocentos e vinte metros quadrados de terrenos de áreas de cedências, que deveriam passar para o domínio público e que continuaram em mãos privadas. -----

Neste caso, a Câmara nem recebe terrenos, nem recebe dinheiro, como tem sido a prática corrente. -----

Refira-se que para este chamado Plano de pormenor, resultante do protocolo, para que este protocolo passasse na Comissão de Desenvolvimento e Coordenação Regional, houve recurso à habilidade de desenhar o respectivo perímetro por forma a abranger uma área já existente de baixa densidade de construção – do lado do Centro de Dia, ignorando a elevada densidade de construção ali mesmo do outro lado, na urbanização do Casal da Galharda. Uma esperteza nada saloia em que quem mais uma vez ganha é o privado. -----

Este Plano é pois o corolário de um péssimo negócio em que os interesses públicos não foram devidamente acautelados. -----

Mas o Plano que nos é proposto, enfim, isto que nos é proposto, chamado Plano, ainda tem uma “cereja em cima do bolo”, é que vai além do próprio protocolo de dois mil e dois. Enquanto este obrigava a autorização para duzentos e trinta e seis fogos e trinta e um estabelecimentos comerciais, agora este Plano prevê trezentos e trinta e um fogos, na sua maioria de elevada tipologia. Mais cento e setenta e um do que o PDM e mais noventa e um do que o próprio protocolo exigia. -----

Para ser justo, este proprietário deveria valorizar bem as grandes amigas que tem nesta Câmara. -----

É evidente que todo este processo foi mal conduzido e que esta proposta compromete o futuro da cidade. Havia o recurso à expropriação, que não foi tomado. Haveria, no mínimo, o recurso a um verdadeiro Plano de Pormenor que procurasse conjugar interesses em causa – legítimos – acautelando ao máximo o interesse público. Nada disso foi feito. -----

Quem votar a favor deste Plano nesta Assembleia, passará a ser co-responsável por, no futuro, colocar no centro da cidade mais de mil pessoas e um pequeno centro comercial, numa zona já hoje carente de espaços públicos e com dificuldades de estacionamento e de circulação. A não ser que o negócio seguinte seja precisamente o do estacionamento público, explorado por um privado. Já não nos admiraria nada. -----

Para negócios destes não contem com o Bloco de Esquerda.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Mesquita Domingues**: “Começaria por chamar a atenção para a redacção de alguns artigos. -----

No ponto três do artigo décimo, página seis, diz o seguinte: «os lotes destinados a utilização por habitação colectiva ou mista, garantem os respectivos lugares». Penso que isto não deve estar correcto. Deve ser qualquer coisa como: «...terão garantidos os respectivos lugares» ou qualquer coisa parecida. -----

---

No artigo treze, ponto três, alínea a), fala de sótãos e depois diz: «a iluminação é feita através de terraços...» Eu penso que não deve ser terraços, deve ser clarabóias ou coisa que o valha, uma vez que diz que as coberturas são em telha LUSA. Penso que isso não está correcto. -----

No Regulamento gostaria de destacar como aspectos positivos o facto de ficar explícitos no ponto dois do artigo treze, que as caves se destinam unicamente a garagens e arrecadações. E no ponto três do mesmo artigo, dizer que os sótãos se destinam unicamente a arrecadações. -----

Esperamos que no futuro não apareçam projectos de alteração que eliminem estas restrições, como muitas vezes acontece. -----

No ponto cinco do artigo décimo, é dito que as caves dos lotes onze a dezassete, se destinam a lugares de estacionamento para apoio ao comércio e serviços, o que nos parece ser uma boa solução. Pensamos contudo, que esta solução teria uma melhor rentabilidade se este espaço constituísse um único parque em vez de sete parques separados. -----

Verificamos que é proposta a ampliação do Centro de Saúde e que esta vai ser feita sobre um espaço que neste momento é ocupado como parque de estacionamento. Sabemos que já neste momento o estacionamento nesta zona é reduzido e, se se vai ampliar o Centro de Saúde, ainda mais estacionamentos seriam necessários, pelo que haveria de se aumentar o estacionamento e não reduzi-lo. -----

Sobre a proposta de implantação dos novos edifícios temos que referir o seguinte: -

O Entroncamento é, infelizmente, por vezes mencionado quando se quer apresentar um exemplo do que de mal se fez em termos urbanísticos no nosso país. Esta urbanização, caso se desenvolva como nos está a ser apresentada, constituirá na nossa opinião, mais um exemplo do que não deve ser feito. -----

Repare-se, por exemplo, que a fachada do edifício a construir no lote catorze, ficará a uns escassos doze metros do viaduto. Será que a escassez de espaço e a falta de habitação no concelho tornam necessário o aproveitamento do espaço desta maneira? Entendemos que não. -----

Pelo exposto, iremos votar contra a solução que nos é apresentada.” -----

Foi dada a palavra a **Mário Eugénio**: “Já muita coisa foi dita e nós não nos vamos alongar muito, mas gostaria de referir que este Plano de Pormenor mereceu da nossa parte uma atenção muito especial, sobretudo por ser aquilo que nós consideramos verdadeiramente um primeiro Plano de Pormenor. Nós temo-nos batido ao longo dos anos por termos Planos de Pormenor e portanto este mereceu um estudo muito cuidado. Trabalhámos imenso nisso, revemo-nos em alguns dos comentários que foram feitos anteriormente, quer pelo Bloco quer também pelo Partido Socialista. -----

Isto pode parecer um paradoxo, mas nós trabalhámos tanto nisto, estivemos esta semana tanto tempo a analisar isto, fizemos tantas contas, sobretudo ligadas ao estacionamento, analisámos e aprofundámos questões relacionadas com áreas de cedência, etc. e portanto agora vamos ser breves. -----

Algumas coisas já foram ditas e para nós há um denominador comum na discussão que fizemos aprofundada na Coligação Democrática Unitária. E o denominador comum é esse que nós vamos relevar aqui hoje. Esse é que vai ser fundamental para a nossa posição e vamos deixar questões de pormenor e realçar o denominador comum da nossa discussão que é o seguinte: -----

Nós não concordamos com a área que foi definida para este Plano de Pormenor. Ou seja, este Plano de Pormenor envolveu um limite e não estou a dizer área, estou a falar em limite. Os limites traçados para este Plano de Pormenor nós não concordamos com eles e achamos que isso é prejudicial para o município. -----

---

Por essa razão vamos votar sem reservas contra este Plano de Pormenor, fundamentalmente por esta razão. Porque achamos, repito, que o limite definido para o Plano de Pormenor é prejudicial para o município.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A posição é comum, não vou acrescentar muito no aspecto da análise que foi feita, mas quero chamar a atenção para o seguinte: -----

A Coligação Democrática Unitária, na Câmara Municipal, na altura, votou contra o Plano de Pormenor. O Plano de Pormenor não foi aprovado por maioria absoluta, foi aprovado por uma simples maioria e, na altura, na acta de vinte e um de dois mil e um, dizíamos o seguinte: *«nesta altura, o senhor Vereador Costa Ferreira manifestou o seu desacordo, atendendo que, conforme informação do senhor engenheiro Fernandes, para os efeitos de densidade populacional, são utilizadas áreas de domínio público»*. Mais tarde, tivemos acesso a uma informação da DRAOT-LVT que dizia assim: *«acresce referir que parte do espaço público municipal, nomeadamente o Centro de Saúde e parte do arruamento envolvente, provém de cedências ao domínio público já afectas no âmbito de alvarás de loteamento»*. -----

É de facto, é o primeiro Plano de Pormenor e até tinha acrescentado uma questão na altura, é pena, para este Plano de Pormenor, que não se tivesse já aplicado para equação, não se tivesse já introduzido, outros mecanismos. Mas é de facto o primeiro Plano de Pormenor! Tem algumas coisas inovadoras e tem algumas coisas que nos dão já alguma experiência em termos de trabalho de município na área do urbanismo. Mas desde o início que não estamos de acordo e, como justificámos na altura e era numa base sólida, continuamos com o mesmo princípio e assim iremos votar contra.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este processo eu não me vou reportar aos votos a favor do passado, no protocolo, ou no Plano de Pormenor. Há de facto um primeiro documento que veio ao encontro daquilo que em muitas alturas se falou nesta Assembleia, que era a realização de Planos de Pormenor para as várias áreas da cidade. -----

Por outro lado, vamos ter de facto a possibilidade de intervencionar uma área no coração da cidade, no centro do Entroncamento. Todos nós sentíamos que essa área tinha necessidade de ser estudada, tratada, ordenada e também haveria necessidade, na perspectiva penso que de todos aqueles que aqui estão, de fazer a transição de uma unidade industrial que está naquela zona para outro lugar. Com este Plano de Pormenor também isso é possível. Tal como é possível a ampliação do Centro de Saúde, que é um dos objectivos deste documento. Nessa medida, é um dos objectivos no sentido de que, implicava haver alguma estruturação do espaço para conseguirmos andar para a frente com o processo do Centro de Saúde. Neste momento, o alargamento do Centro de Saúde está parado, porque não há condições para este processo andar. -----

Portanto, da nossa parte, vamos validar este documento.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Penso que o essencial está dito, mas convém esclarecer o seguinte: o Centro de Saúde vai ser alargado para zonas que já são públicas! Portanto, os terrenos a que eu me referi na minha intervenção, não têm nada a ver com a ampliação do Centro de Saúde. O Centro de Saúde vai ser ampliado para cima da zona onde está hoje o parque de estacionamento! E nessa pequena zona, fica com um deficit de estacionamento! Embora considerando o perímetro todo, haja um número razoável de estacionamentos públicos. -----

Outra questão é a dos Planos de Pormenor. Evidentemente que a cidade precisa de Planos de Pormenor, mas é de bons Planos de Pormenor! Porque este Plano de Pormenor está concebido para subverter alguma coisa de bom que o próprio PDM ainda tem! Ele vem piorar as determinações do PDM. -----

---

Portanto, se é para fazerem Planos de Pormenor destes, eu arrisco dizer não os façam! Bem basta aquilo que já fazem com o PDM! Portanto, não venham agora dizer, fazer Planos de Pormenor destes! Porque este Plano de Pormenor é um mau Plano de Pormenor, pelas razões que eu já apontei.” -----

Nada mais havendo a discutir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO:** -----

O ponto quatro da Ordem de Trabalhos foi **aprovado por maioria** com **doze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e, dez votos contra, sendo, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** -----

#### **“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO”** -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Realmente a Informação do Presidente tem sido melhor que aquela que nos era apresentada em mandatos anteriores. Mas tem deteriorado um bocadinho, sobretudo em alguns sectores. Falta informação sobre áreas como a cultura, falta informação sobre outro tipo de áreas. Agora sobre a informação da situação financeira do município, ela é bastante boa. Mas noutras áreas, ou tem informação a mais, ou faltam elementos.” -----

Pediu a palavra o **Presidente da Câmara**: “Gostaria de dar aqui apenas uma pequena informação. De facto, eu continuo a fazer a Informação do Presidente da Câmara como a fazia no passado e os serviços continuam a fazer. Mas os serviços sentiram-se monesprezados com algumas afirmações que foram ditas aqui e que foram tornadas públicas e estão em acta. Portanto, eu recolhi alguma parte dessa informação e disse aos serviços que não havia justificação para a dar. Entendi por bem fazer uma informação mais sucinta. -----

Os senhores deputados da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda não compreenderam uma questão no que foi dito aqui ao princípio. A Câmara já antes tinha respondido ao senhor deputado Pato das Neves, não foi esta última, é preciso verem todos os documentos. Já foi respondido tudo ao senhor engenheiro Pato das Neves. No entanto, como o senhor deputado achou que a verba gasta foi baixa, voltou a solicitar confirmação dos valores, o que nós, obviamente, estranhámos e continuamos a estranhar, pois já lhe tinha sido dito. Gastamos efectivamente o extremamente necessário. Quem quiser poderá, sempre que o entender, consultar ou confirmar os documentos que justificam essas despesas. Portanto, já tinha sido dada essa informação e podem ver nos serviços da Assembleia Municipal.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Só queria dizer ao senhor Presidente que, de facto, em relação a esta questão do engenheiro Pato das Neves acho que não vale a pena falarmos muito mais nela. Mas eu compreendi bem e quero apenas manifestar o seguinte: ---

Não gostei da forma como foi respondida aquela questão. -----

Agora em relação àquilo que o senhor Presidente disse sobre esta matéria da Informação, eu desconhecia que algum dia os serviços tenham ficado melindrados com alguma intervenção que aqui tenha sido feita. Mas eu, pessoalmente, gostava de continuar a ter, independentemente de terem ficado melindrados ou não, essa informação! -----

Por outro lado, gostava que o senhor Presidente, e portanto nós fizemos-lhe esta justiça diversas vezes, e continuamos a fazê-la, a informação que nos presta é de qualidade. Simplesmente não podemos confundir uma coisa que o senhor Presidente disse no fim e que eu não quero deixar de falar: «sucinta» – nós estamos de acordo com a informação mais

---

sucinta, mas sucinta não quer dizer em falta! Sucinta quer dizer resumida, mas não em falta. Portanto, nós queremos continuar a tê-la, sucinta, resumida. Está bem senhor Presidente?” –

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Antes de dar por encerrada esta Sessão, cumpre-me prestar aqui uma informação e fazer um pedido. -----

Estão a pagamento as senhas de presença da Assembleia Municipal. Nós agradecemos que os senhores membros, tão breve quanto possível, cedessem à Assembleia Municipal, através dos seus funcionários, o vosso NIB. Isto porquê? A Câmara Municipal sugeriu-nos que fosse feita transferência bancária em vez do cheque que é feito normalmente. -----

Isso torna célere o processo e, tão breve quanto possível, por e-mail, ou presencialmente, os senhores façam o favor de ceder o vosso NIB para vos ser debitado. ----

Quero também desejar-vos um Bom Natal, umas Boas Festas e que, para o ano, cá estejamos.” -----

O **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão quando eram vinte e três horas e vinte minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes Membros da Mesa.

**O Presidente: -**

**O 1.º Secretário: -**

**O 2.º Secretário: -**

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal  
Ana Paula Rosão – Assistente Administrativa Principal